

de 2 de Novembro, e da Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelas Portarias n.ºs 1108/2000, de 27 de Novembro, e 743/2004, de 30 de Junho, nomear o coronel ENGAER (039616-J) João Guilherme Machado Vieira para o cargo de adido de defesa junto da Embaixada de Portugal em Rabat, Reino de Marrocos, acumulando com idênticas funções em Tunes, República da Tunísia, em substituição do coronel de cavalaria (00481074) Alberto Jorge da Silva Crispim Gomes, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o oficial agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 9 de Outubro de 2007. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 465/2007

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do tenente-general-adjunto do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, nomear o tenente-coronel PILAV (059475-L) Mário Alberto Vilhena da Salvação Barreto para o cargo «AO3 PE 039 — POL/PLS» no Estado-Maior da União Europeia (EMUE), em Bruxelas, Reino da Bélgica, em substituição do tenente-coronel PILAV (049840-J) Alberto Luciano Martins, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o oficial agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 23 de Julho de 2007. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Administração Pública

Despacho n.º 10 997/2007

Considerando que Fernando Marques Gonçalves Hermenegildo ingressou no quadro geral de adidos em 26 de Junho de 1977, ficando, posteriormente, na situação de licença sem vencimento por tempo indeterminado, ao abrigo do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 294/76, de 24 de Abril, a partir de 28 de Junho de 1978;

Considerando que o interessado solicitou agora o seu regresso à actividade:

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 2.º em conjugação com o artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, determina-se:

1 — A afectação de Fernando Marques Gonçalves Hermenegildo à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) na seguinte situação jurídico-funcional:

Vínculo — funcionário;

Carreira/categoria — notário de 2.ª classe;

Escala — 1.º;

Índice — 440.

2 — O funcionário mantém-se na situação de licença até ser colocado em actividade, tendo direito a receber vencimento a partir da data do respectivo início de funções, de acordo com o n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro.

3 — A afectação à DGAP produz efeitos a partir da data do presente despacho.

30 de Novembro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Despacho n.º 10 998/2007

Considerando que Maria Alexandra de Carvalho Garrido da Silva Feist, assessora da carreira de arquitecto do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Mafra, se encontrava na situação de licença sem vencimento de longa duração ao abrigo do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, desde 1 de Setembro de 1997;

Considerando que a mesma requereu junto do serviço de origem o regresso à actividade;

Considerando que, na sequência de reestruturação operada pelo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências, publicado através do aviso n.º 595/2004 (2.ª série), a Câmara Municipal de Mafra concluiu pela não necessidade daquela funcionária:

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com a alínea d) do artigo 2.º e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, determina-se:

1 — A afectação à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) de Maria Alexandra de Carvalho Garrido da Silva Feist na seguinte situação jurídico-funcional:

Vínculo — nomeação definitiva;

Carreira/categoria — arquitecto/assessor;

Escala — 1.º;

Índice — 610.

2 — Enquanto se encontrar a aguardar colocação mantém-se na situação de licença, sem direito a remuneração, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro.

3 — A afectação à DGAP produz efeitos a partir da data do presente despacho.

5 de Dezembro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Secretaria-Geral

Declaração n.º 124/2007

Tendo sido atribuída à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública a gestão do pessoal da extinta Auditoria Jurídica do ex-Ministério do Planeamento, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/2002, de 25 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 222, de 25 de Setembro de 2002, e existindo no referido quadro de pessoal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 272/91, de 7 de Agosto, um lugar de assessor jurídico principal, da carreira de consultor jurídico, criado pela Portaria n.º 127/96, de 22 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 22 de Agosto de 1996, a extinguir quando vagar, declara-se a sua extinção em virtude de ter ocorrido a sua vacatura por aposentação do respectivo titular, Jorge Emanuel Soares Coelho Pote.

2 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *J. A. Mendonça Canteiro*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Despacho n.º 10 999/2007

Através da Portaria n.º 352/2007, de 30 de Março, foi fixada a estrutura nuclear da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), as competências das respectivas unidades orgânicas e o limite máximo das unidades orgânicas flexíveis.

Na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir o normal funcionamento dos serviços e a consolidação do novo modelo organizacional.

Considerando que preenchem os requisitos legais e possuem o perfil profissional adequado para o exercício de funções dirigentes, evidenciado nas notas curriculares em anexo ao presente despacho, do qual

constituem parte integrante, nomeio, em regime de substituição, os seguintes funcionários para os seguintes cargos:

Licenciado António Carlos Veiga de Almeida e Sousa, assessor principal da carreira técnica superior financeira do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços Administrativos;

Licenciado José Manuel de Azevedo Morujão e Oliveira, especialista de informática do grau 3 do quadro de pessoal da DGITA, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços de Segurança e Qualidade;

Licenciada Maria de Fátima Gonçalves Dias Braz, especialista de informática do grau 3 do quadro de pessoal da DGITA, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

Licenciada Maria de Lurdes Lopes Silva, assessora da carreira técnica superior do quadro de pessoal da DGITA, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Aquisições e Património;

Licenciado Paulo Alexandre dos Santos Coutinho, especialista de informática do grau 3 do quadro de pessoal da DGITA, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Segurança e Auditoria;

Licenciada Maria Ercília Baptista Gil, especialista de informática do grau 3 do quadro de pessoal da DGITA, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Qualidade.

As presentes nomeações produzem efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

30 de Abril de 2007. — O Director-Geral, *Luís Pinto*.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — António Carlos Veiga de Almeida e Sousa;
Data de nascimento — 19 de Fevereiro de 1952.

Formação académica — licenciatura, no ano de 1974, em Finanças, pelo Instituto Superior de Economia, com classificação de 13 valores.
Actividade profissional:

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros:

De 18 de Janeiro de 2001 até 29 de Outubro de 2005, exerceu o cargo de director de serviços na DGITA, tendo retornado a esta Direcção-Geral em 25 de Outubro de 2006 como chefe de divisão da Contabilidade, em regime de substituição;

A partir de 1 de Março de 2000, desempenhou funções técnicas junto da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros e Materiais, tendo sido nomeado director de serviços, em regime de substituição, em 18 de Janeiro de 2001;

Direcção-Geral dos Impostos:

De 30 de Outubro de 2005 a 24 de Outubro de 2006, foi colocado na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros, na área das compras electrónicas;

De 31 de Maio de 1998 até 29 de Fevereiro de 2000, exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços de Benefícios Fiscais;

Em 1 de Janeiro de 1998, foi integrado no quadro da Direcção-Geral dos Impostos como técnico superior financeiro assessor principal, tendo estado requisitado no Instituto de Gestão do Crédito Público até 31 de Maio de 1998;

Direcção-Geral da Junta do Crédito Público:

De 23 de Março de 1988 a 31 de Dezembro de 1997 (data da extinção deste organismo), exerceu as funções de director de serviços Administrativos e Financeiros;

De 13 de Julho de 1987 a 22 de Março de 1988, desempenhou o cargo de chefe de divisão de Captação de Poupança;

De 22 de Março a 12 de Junho de 1978, exerceu as funções de técnico superior financeiro, integrado no Gabinete de Estudos;

De 8 de Janeiro de 1975 a 21 de Março de 1978, leccionou a disciplina de Matemática na Escola Mendonça Furtado, no Barreiro.

Formação profissional — participação em diversos seminários, conferências e cursos de curta duração.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — José Manuel de Azevedo Morujão e Oliveira;
Data de nascimento — 19 de Outubro de 1960.

Formação académica:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós-graduação em Tecnologias e Ciências de Informação para as Organizações pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Actividade profissional:

Chefe de divisão de Segurança Informática da DGITA, de 29 de Setembro de 1998 até 30 de Abril de 2007;

Gestor do processo «Sistemas de segurança e controlo», no âmbito do sistema de gestão da qualidade da DGITA, desde 11 de Novembro de 2005;

Apoio ao director-geral da DGITA, de 1 de Janeiro de 1998 a 30 de Janeiro de 2003;

Coordenador da área de segurança informática da DGITA, de 29 de Maio a 28 de Setembro de 1998;

Apoio à direcção do Serviço de Informática Tributária da DGCI, de 8 de Janeiro de 1990 até 30 de Dezembro de 1997;

Chefe da Secção Jurídica do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, do Ministério da Defesa Nacional, de 1 de Novembro de 1987 a 7 de Janeiro de 1990;

Coordenação, designadamente, dos seguintes grupos de trabalho:

Informatização do sistema antifraude aduaneiro, no âmbito da DGITA (2002);

Cruzamento da informação e acesso a dados pessoais na perspectiva do combate à fraude e evasão fiscais, no âmbito da UCLEFA (2002);

Subcomissão de Sistemas e Tecnologias de Informação da Comissão para a Reorganização dos Serviços Aduaneiros (CRSA), no âmbito da DGAIEC (1997).

Formação profissional:

Seminário de alta direcção realizado pelo INA;
Frequência de cursos de formação profissional relacionados com as exigências das funções desempenhadas, entre outros, sobre segurança informática, auditoria, qualidade, gestão e organização, comunicações e redes.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Maria de Fátima Gonçalves Dias Braz;
Data de nascimento — 15 de Agosto de 1955.

Formação académica — licenciatura em Filologia Germânica, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Actividade profissional:

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros:

Em 1998, foi nomeada directora de serviços de Gestão de Recursos Humanos da Direcção-Geral de Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), sendo também responsável pelas áreas de formação, documentação e expediente, cargo que manteve até 30 de Abril de 2007;

Integrou o grupo de trabalho, com vista à criação de um catálogo central da Biblioteca do Ministério das Finanças, coordenado por um representante da Secretaria-Geral (2001);

Representante da DGITA, em substituição do subdirector-geral, nas reuniões da comissão instaladora do Instituto de Formação Fiscal e Aduaneira — IFFA (1999);

Direcção-Geral dos Impostos:

De 1993 a 1998, coordenou a equipa das áreas técnicas específicas de formação e documentação dependentes da Direcção de Serviços de Planeamento, Controlo e Administração de Dados do SIT;

Em Outubro de 1988, foi requisitada pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, ficando colocada no Serviço de Informática Tributária, e afecta à Direcção de Serviços de Exploração e Suporte Técnico, sendo responsável pela implementação da biblioteca técnica;

Segurança Social:

De Janeiro de 1974 até Outubro de 1988, desempenhou funções na Caixa Nacional de Pensões, nomeadamente na Direcção de Serviços Financeiros e de Contabilidade, no gabinete de apoio ao conselho de direcção e na Direcção de Serviços de Convenções Internacionais e Regimes Especiais;

Integrou o grupo de trabalho de preparação dos projectos de acordos sobre segurança social, a serem implementados com os Estados Unidos e a Austrália (1988);

Integrou a delegação portuguesa para participar nas conversações com uma delegação do organismo de segurança social canadiano, com vista a uma melhor harmonização na aplicação do acordo bilateral sobre segurança social (1987).

Formação profissional — participação em diversos cursos de formação profissional, conferências e seminários relacionados com as funções desempenhadas, destacando-se: o enquadramento jurídico da mobilidade especial (2007); seminário de alta direcção (2005); novo modelo de avaliação de desempenho dos funcionários públicos — SIA-DAP (2005); e sistema de gestão de recursos humanos — SRH (1998), entre outros.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Maria de Lurdes Lopes Silva;
Data de nascimento — 20 de Março de 1959.

Formação académica — licenciatura em História, pela Faculdade de Letras de Lisboa, com classificação de 14 valores.
Actividade profissional:

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros:

Desde 11 de Agosto de 2000, exerce funções como chefe de divisão de Património e Económico, em regime de substituição;
De 28 de Janeiro a 10 de Agosto de 2000, exerceu funções como chefe de divisão de Contabilidade, em regime de substituição;
De 11 de Novembro de 1998 a 27 de Janeiro de 2000, exerceu funções como chefe de divisão de Património e Económico, em regime de substituição;
De 6 a 10 de Novembro de 1998, desempenhou funções de técnica superior no gabinete do director-geral:

Direcção-Geral dos Impostos:

De 1 de Março de 1989 a 5 de Novembro de 1998, desempenhou funções de técnica superior junto da direcção no Serviço de Informática Tributária;
De 1 de Novembro de 1988 a 28 de Fevereiro de 1989, desempenhou funções de técnica superior no gabinete do director-geral dos Impostos;
De 29 de Abril de 1982 a 31 de Outubro de 1988, desempenhou funções na área da carreira técnica tributária.

Formação profissional — participação em conferências, seminários e cursos de curta duração.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Paulo Alexandre dos Santos Coutinho.
Data de nascimento — 18 de Abril de 1972.

Formação académica:

Licenciatura em Informática, ano de 1994;
Mestrado em Engenharia Informática, ano de 2003.

Actividade profissional:

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros — desde 2002 exerce funções na Divisão de Segurança Informática. Teve a seu cargo vários projectos, destacando-se a implementação de um sistema de detecção de intrusões (IDS), um sistema de detecção de vulnerabilidades, um projecto de análise e implementação de um sistema de correlação de dados; foi responsável pela definição e implementação de uma arquitectura de segurança de *gateway* de *mail*, incluindo antivírus e *antispam* de SMTP, foi responsável pela definição e implementação de uma arquitectura Windows pela definição e implementação de um sistema de filtragem de antivírus para a Internet, baseado em filtragem de tráfego HTTP, e foi responsável pelo projecto segurança aplicacional;

Centro de Informática do Exército — 2001-2002 — exerceu funções de administrador de Internet, sendo responsável pela manutenção dos conteúdos do *site* do Exército e administração dos servidores *web*, tendo também a seu cargo a administração conjunta da arquitectura de segurança, nomeadamente da *firewall*. Participou no projecto «Portal do Exército», novo *site* do Exército, sendo responsável pela fase de testes e integração do novo sistema;

Departamento do Ensino Secundário — 1998-2001 — estágio referente ao concurso externo para ingresso na carreira de técnico superior de informática. Durante o período referido, coordenou o planeamento, desenho e implementação de toda a infra-estrutura de comunicação, rede de computadores, incluindo equipamento passivo e activo, e sua integração na rede RICOME. Foi responsável pelo processo que envolve o ciclo de vida de aquisição de *hardware* e *software*. Foi responsável pela gestão da rede de computadores, administração de sistemas baseados em arquitecturas NT, administração de correio electrónico e pela área de segurança;

Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde — 1995-1997 — exerceu funções na área de análise de sistemas, engenharia de requisitos, tendo desenvolvido um subsistema de indicadores de saúde, assim como outras aplicações;

Instituto da Vinha e do Vinho — 1994-1995 — durante este período exerceu funções ao nível do desenvolvimento aplicacional no domínio dos SGBD.

Formação profissional — cursos de formação em várias áreas, infra-estruturas tecnológicas, sistemas distribuídos, segurança, *hacking* aplicado, segurança aplicacional, sistemas de operação e outros domínios Microsoft, *networking* e segurança Cisco.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Maria Ercília Baptista Gil;
Data de nascimento — 26 de Janeiro de 1957.

Formação académica — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Actividade profissional:

Nomeada em 29 de Setembro de 1998 chefe de divisão da Qualidade e Auditoria, da DGITA;
Em 1996, responsável pelo projecto «Ano 2000» na área de apoio técnico ao desenvolvimento;
Em 1995, responsável da equipa de programação relativa ao guião de consultas e gestão da formação, no apoio ao director de serviços de Desenvolvimento Informático;
Em 1993, analista funcional da área de liquidação (IRC);
Em 1991, analista orgânica/programadora da Direcção de Serviços de Desenvolvimento de Sistemas de Informação;
Em 1989, ingresso no Serviço de Informática Tributária da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos como técnica estagiária.

Formação profissional:

Seminário de alta direcção do Instituto Nacional de Administração; Cursos de formação profissional ministrados pela Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros — DGITA, CEGOC e pelo Instituto Nacional de Administração, nomeadamente nas áreas da qualidade e auditoria, dos sistemas de informação, do planeamento e da análise e programação.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Anúncio n.º 3310/2007

De acordo com o estabelecido no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, publica-se a lista de adjudicações de obras públicas efectuadas pela Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública:

Entidade — UNIDOIS;

Tipo de procedimento — ajuste directo com consulta a três entidades;

Valor — € 14 338,50;

Entidade — UNIDOIS;

Tipo de procedimento — ajuste directo com consulta a três entidades;

Valor — € 10 177,31;

Entidade — UNIDOIS;

Tipo de procedimento — concurso limitado sem publicação de anúncio;

Valor — € 48 419,97;

Entidade — UNIDOIS;

Tipo de procedimento — concurso limitado sem publicação de anúncio;

Valor — € 52 003,26.

11 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Aviso n.º 10 312/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 21 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta a lista de antiguidade do pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) referente a 31 de Dezembro de 2006.